

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

123 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 16 a 20/05/2022

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Nível mínimo mundial de tributação para os grupos multinacionais na União	1
Novo mandato Eurojust	1
Ucrânia: apoio aos cidadãos e empresas e tribunal especial	1
Adesão Albânia e Macedónia do Norte	1
Estado de direito - análise do relatório anual da Comissão	1
2. ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU	2
EMPL e ENVI	2
IMCO	2
3. PREVISÕES ECONÓMICAS DA PRIMAVERA COMISSÃO EUROPEIA	2
4. ADESÃO DA FINLÂNDIA E DA SUÉCIA À NATO	3
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR OS DESAFIOS DAS MIGRAÇÕES	4
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR CONF. SOBRE O FUTURO DA EUROPA	5
7. ARMAZENAMENTO DE GÁS ACORDO PROVISÓRIO	6
8. COMISSÃO EUROPEIA	7
Reforço das regras de gestão orçamental	7
REPowerEU	7
Mercados de energia: medidas de intervenção de emergência	8
Investimento em defesa	8
Financiamento e reconstrução da Ucrânia	9
Painel de avaliação da justiça na UE - 2022	9
Processos por infração	9
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Conselho dos Negócios Estrangeiros	9
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)	10
Conselho de Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)	10
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas, destacando-se o seguinte:

Nível mínimo mundial de tributação para os grupos multinacionais na União

Os deputados [aprovaram a proposta para implementar o acordo internacional sobre o imposto global mínimo sobre as sociedades de 15%](#). Foram feitas alterações à proposta inicial da Comissão, nomeadamente introduzindo uma cláusula que prevê a revisão do limiar anual de receitas acima do qual uma empresa multinacional ficaria sujeita à taxa mínima de imposto, bem como a avaliação do impacto da legislação nos países em desenvolvimento.

Novo mandato Eurojust

O PE votou favoravelmente a [extensão do mandato da Eurojust](#) (560 votos a favor, 17 contra e 18 abstenções), **permitindo à agência armazenar e analisar provas relacionadas com crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade**. A Eurojust pode ainda processar dados relacionados com estes tipos de crimes e partilhá-los com o Tribunal Penal Internacional e outras organizações internacionais, bem como com autoridades dos Estados-Membros.

Ucrânia: apoio aos cidadãos e empresas e tribunal especial

Os deputados apelaram ao [financiamento para lidar com as consequências da guerra na Ucrânia, mediando o confisco de bens dos oligarcas russos, criação de novos recursos próprios da UE e utilização integral do orçamento da UE](#).

Foi ainda aprovada uma resolução que apela à UE para que tome todas as medidas necessárias em procedimentos e tribunais internacionais para apoiar a acusação dos regimes russo e bielorrusso por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e agressão. O texto aprovado solicita ainda à UE que [apoie a criação de um tribunal internacional especial para punir o crime de agressão cometido contra a Ucrânia](#), para o qual o Tribunal Penal Internacional não tem jurisdição, e responsabilizar os líderes políticos e comandantes militares russos e os seus aliados.

Adesão Albânia e Macedónia do Norte

O PE adotou dois relatórios, nos quais [solicita ao Conselho que inicie oficialmente as negociações de adesão com a Albânia e a Macedónia do Norte](#), registando o contexto geoestratégico das relações com a Rússia e a sua agressão contra a Ucrânia. Os deputados apelaram à UE para que avalie criticamente as implicações historicamente importantes de tal decisão para a estabilidade e unidade no continente europeu e nos Balcãs Ocidentais.

A relatora do PE para relatório sobre a Albânia foi a [Deputada Isabel Santos \(S&D\)](#).

Estado de direito - análise do relatório anual da Comissão

O PE adotou a sua revisão do [Relatório Anual da Comissão sobre o Estado de direito 2021](#), com 429 votos a favor, 131 contra e 34 abstenções. Os deputados mostraram-se desapontados por, apesar das [sugestões do PE](#), a [Comissão não abordar várias preocupações sobre o estado dos valores da UE nos Estados-Membros](#), devendo o relatório diferenciar entre violações sistémicas ou individuais destes

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE

valores e realizar uma avaliação mais aprofundada e transparente, assim como passar de um documento descritivo a um documento prescritivo e analítico.

2. ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU

EMPL e ENVI

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar [adotaram a sua posição sobre a proposta da Comissão Europeia relativa à criação de um Fundo Social para o Clima](#), procurando beneficiar as famílias, microempresas e utilizadores de transportes que são vulneráveis e particularmente afetados pelo impacto da transição para a neutralidade climática. A [Comissão ENVI aprovou ainda cinco relatórios](#) do [pacote Fit for 55](#), o plano da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e ter zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa (neutralidade climática) até 2050, em conformidade com a [Lei Europeia do Clima](#).

IMCO

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores [aprovou o acordo provisoriamente alcançado com os governos da UE sobre o Regulamento dos Mercados Digitais \(DMA\)](#) com 43 votos a favor, um contra e uma abstenção. Juntamente com o Regulamento dos Serviços Digitais (DSA), a DMA aborda uma série de questões sociais e económicas, limitando o poder de mercado das grandes plataformas em linha e tornando o mercado digital mais seguro, mais justo e mais competitivo.

3. PREVISÕES ECONÓMICAS DA PRIMAVERA | COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia publicou esta semana as [Previsões económicas da primavera de 2022](#), começando por [notar](#) que a invasão da Ucrânia pela Rússia veio, no entanto, criar novas dificuldades, no preciso momento em que a União recuperava das repercussões económicas da pandemia. Esta situação levou a Comissão Europeia a rever em baixa as perspetivas de crescimento da UE e a rever em alta as suas previsões de inflação (principais fatores: pressões em alta sobre os preços das matérias-primas, causando novas perturbações no aprovisionamento e uma incerteza crescente).

Prevê-se que o **crescimento real do PIB**, tanto na UE como na área do euro, seja de **2,7% em 2022 e 2,3% em 2023, contra 4,0% e 2,8% (2,7% na área do euro)**.

A **inflação tem vindo a acelerar desde o início de 2021**. Passou de 4,6%, em termos homólogos, no último trimestre de 2021, para 6,1% no primeiro trimestre de 2022. A inflação nominal na área do euro subiu para 7,5% em abril, a taxa mais elevada jamais registada na história da união monetária.

Prevê-se que atinja 6,1% em 2022 e recue para 2,7% em 2023. Trata-se, para 2022 na sua globalidade, de uma considerável revisão em alta em comparação com as previsões intercalares do inverno de 2022 (3,5%). Prevê-se que a inflação atinja um pico de 6,9% no segundo trimestre deste ano e comece em seguida a diminuir gradualmente. Para a UE, prevê-se que a inflação aumente de 2,9% em 2021 para 6,8% em 2022 e diminua para 3,2% em 2023.

Por seu lado, o **mercado de trabalho dá sinais de robustez**: em 2021, foram criados mais de 5,2 milhões de postos de trabalho na UE, que atraíram quase 3,5 milhões de pessoas para o mercado de trabalho. Além disso, o número de desempregados diminuiu em quase 1,8 milhões. As taxas de desemprego no final de 2021 desceram abaixo dos mínimos históricos precedentes.

Prevê-se que as taxas de desemprego continuem a descer, passando para 6,7% este ano e 6,5% em 2023 na UE e para 7,3% e 7,0% em 2022 e 2023, respetivamente, na área do euro.

No que diz respeito aos **défices públicos**, e apesar dos custos das medidas destinadas a atenuar o impacto dos elevados preços da energia e a apoiar as pessoas que fogem da Ucrânia, prevê-se que o défice orçamental agregado na UE continue a diminuir em 2022 e 2023, à medida que sejam retiradas as medidas temporárias de apoio adotadas no âmbito do surto de COVID-19. Segundo as previsões, o défice na UE deverá passar de 4,7 % do PIB em 2021 para 3,6 % do PIB em 2022 e 2,5 % em 2023 (contra 3,7 % e 2,5 % na área do euro).

Depois de atingir o nível histórico de 92 % do PIB em 2020 (quase 100 % na área do euro), e após ter descido para cerca de 90% em 2021 (97 % na área do euro), o rácio agregado dívida/PIB da UE deverá diminuir para cerca de 87 % em 2022 e 85 % em 2023 (contra 95 % e 93 % na área do euro, respetivamente), mantendo-se acima do nível anterior à COVID-19.

As previsões económicas do inverno de 2022 da Comissão Europeia atualizarão as projeções no que respeita ao PIB e à inflação, devendo ser apresentadas em julho de 2022.

Indicators	2020	2021	2022	2023
GDP growth (% yoy)	-5,9	5,4	2,7	2,3
Inflation (% yoy)	0,7	2,9	6,8	3,2
Unemployment (%)	7,2	7,0	6,7	6,5
General government balance (% of GDP)	-6,8	-4,7	-3,6	-2,5
Gross public debt (% of GDP)	91,7	89,7	87,1	85,2
Current account balance (% of GDP)	2,7	3,0	2,1	2,6

As previsões relativas a Portugal estão [aqui](#) e detalham-se de seguida:

Last update : [Spring 2022 Economic Forecast](#) (16/05/2022)

Indicators	2020	2021	2022	2023
GDP growth (% yoy)	-8,4	4,9	5,8	2,7
Inflation (% yoy)	-0,1	0,9	4,4	1,9
Unemployment (%)	7,0	6,6	5,7	5,5
General government balance (% of GDP)	-5,8	-2,8	-1,9	-1,0
Gross public debt (% of GDP)	135,2	127,4	119,9	115,3
Current account balance (% of GDP)	-1,2	-1,1	-1,7	-0,7

4. ADESÃO DA FINLÂNDIA E DA SUÉCIA À NATO

Conforme antecipámos na [síntese anterior](#), a **Finlândia e a Suécia submeteram em simultâneo um pedido de adesão à NATO na passada quarta-feira**, através dos seus embaixadores junto da Organização.



O Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, [referiu](#) que estes pedidos “são um passo histórico”, sublinhando que a perspectiva de adesão “à NATO aumentaria a nossa segurança partilhada”. Seguir-se-á agora o [processo negocial](#), que poderá demorar aproximadamente um ano.

Os embaixadores da NATO reuniram-se na quarta-feira com o objectivo de abrir negociações de adesão no mesmo dia em que os dois países apresentaram as suas candidaturas, mas a Turquia manifestou as suas reservas sobre a abertura imediata deste processo, suscitando algumas questões prévias relativamente a estes dois países, [nomeadamente](#) (e segundo relatos que pudemos apurar): i) o reconhecimento das preocupações turcas com as milícias curdas, dentro e fora da Turquia; ii) o fim das restrições de exportação de armas para a Turquia que a Finlândia e a Suécia (no quadro da UE) impuseram em 2019, no contexto do conflito na Síria; iii) o regresso da Turquia ao programa militar F-35, do qual [foi afastada](#) após ter adquirido os sistemas de defesa anti-mísseis S-400 de fabrico russo. O *Político* apresenta uma análise pertinente desta matéria ([aqui](#) e [aqui](#)), bem como a [Bloomberg](#) e a [CNN](#).

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | OS DESAFIOS DAS MIGRAÇÕES²

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência francesa do Conselho da União Europeia, realizou-se, no dia 16 de maio, em Paris, no Senado francês, a [Conferência interparlamentar sobre os desafios das migrações](#). A Assembleia da República esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Comissão de Assuntos Europeus, a qual foi chefiada pela Deputada Romualda Fernandes (PS) e integrada pelos Deputados Francisco César (PS) e Paulo Moniz (PSD).

François-Noël Buffet, Presidente da Comissão de Leis Constitucionais, de Legislação, do Sufrágio Universal e do Regulamento de Administração Geral do Senado francês, e Yaël Braun-Pivet, Presidente da Comissão de Leis Constitucionais, de Legislação e da Administração Geral da Assembleia Nacional francesa, abriram os trabalhos da conferência e lançaram as duas sessões temáticas previstas: a primeira sobre «**As lições a retirar, no contexto da guerra na Ucrânia, sete após a crise de migrações de 2015**», no qual intervieram o Secretário-Geral da OCDE, Mathias Cormann, a Diretora-Geral da DG Migrações e Assuntos Internos da Comissão Europeia, Monique Pariat, e o anterior Ministro do Interior italiano e Presidente da Fundação Med-Or, Marco Minniti; o segundo, sobre «**As medidas a adotar para controlo das fronteiras externas**», que também contou com uma intervenção de Monique Pariat e ainda do Diretor-Geral para os Estrangeiros em França no Ministério do Interior da República Francesa, Claude d'Hardcourt. Ambas as sessões incluíram um momento de debate, nas quais os representantes dos Parlamentos nacionais partilharam

² Ponto elaborado por Ana Cláudia Cruz, assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

as suas experiências mais recentes com os fluxos migratórios e a crise de refugiados ucranianos e foram, sobretudo, suscitadas questões e **preocupações relacionadas com a necessidade de reorganização do Frontex e de revisão do Regulamento de Dublin**.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | CONF. SOBRE O FUTURO DA EUROPA³

Teve lugar no dia 17 de maio a [reunião interparlamentar subordinada ao tema «Primeiros resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa \(CoFE\)» organizada pela Comissão dos Assuntos Constitucionais \(AFCO\) do Parlamento Europeu](#). A reunião foi presidida por Antonio Tajani, Presidente da Comissão AFCO, contando com a participação de Guy Verhofstadt, copresidente do Conselho Executivo da CoFE, que destacou o envio do relatório final com as propostas da Conferência aos presidentes das instituições europeias.

Guy Verhofstadt enfatizou que os resultados da Conferência demonstram que os cidadãos querem tornar a UE mais determinada relativamente a (1) **reforço das políticas de defesa, energia, saúde, políticas sociais e económicas** (nomeadamente fiscais); (2) **reformular o processo de tomada de decisão, pondo termo à votação por unanimidade e concedendo ao PE o direito de iniciativa**; (3) **implementar efectivamente políticas como o Estado de direito, responsabilidade democrática, transparência**; e (4) um **papel mais importante para os próprios cidadãos**, assegurando o sistema de candidatos *Spitzenkandidat* e um sistema permanente de consulta aos cidadãos.

Participou também nesta reunião a Vice-Presidente da Comissão Europeia e copresidente do Conselho Executivo da CoFE, Dubravka Šuica, que destacou o empenho de todos os participantes na apresentação das 49 propostas para o futuro da Europa e a importância de recuperar a confiança dos cidadãos nas políticas europeias, concluindo que o papel dos Parlamentos nacionais era essencial na ligação entre a esfera nacional e europeia. Confirmou que **as três instituições manteriam os cidadãos envolvidos**, nomeadamente num evento de *feedback* em outubro/novembro, que incidirá sobre o seguimento dado a cada recomendação. Indicou que a **Comissão iria brevemente (junho) apresentar a sua própria avaliação das recomendações** e pronunciou-se claramente a favor da revisão das regras de unanimidade. Finalmente, deu nota de que a Presidente da Comissão também reagiria às propostas da Conferência no discurso sobre o Estado da União e no Programa de Trabalho para 2023.

Para lançar o debate, interveio a Vice-Presidente do Senado checo, Jitka Seitlova, que referiu o elevado número de contributos apresentados durante a CoFE, acrescentando como essencial reforçar a confiança dos cidadãos na UE, e ainda Jean-François Rapon, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado francês, que destacou a convicção demonstrada pelos cidadãos no reforço do papel da UE e, no caso de se avançar com uma alteração dos Tratados europeus, a relevância da participação dos Parlamentos nacionais, através da COSAC, neste processo. Na troca de pontos de vista, os Deputados salientaram a importância do compromisso alcançado entre as várias componentes da CoFE para a apresentação das propostas finais, a necessidade de alteração dos Tratados europeus para se implementar as recomendações dos cidadãos, apesar de não ter havido consenso sobre esta matéria, a relevância de se concretizar, politicamente, os contributos dos cidadãos de modo a mantê-los motivados nas matérias europeias e a alteração do processo de tomada de decisão, nomeadamente, no Conselho, para maioria, devendo a unanimidade ser aplicada apenas em casos concretos.

Como observações finais, referiu Guy Verhofstadt que **a maior parte das intervenções apoiaram as conclusões apresentadas**, destacando que alguns Parlamentos nacionais concordavam com uma

³ Ponto elaborado em colaboração com Gonçalo Sousa Pereira, assessor da Comissão de Assuntos Europeus

alteração dos Tratados, tendo Dubravka Šuica frisado que a **Comissão Europeia estava do lado daqueles que queriam transformar a UE**, utilizando as ferramentas já existentes ou, se necessário, alterando os Tratados, aludindo, por fim, que não se podia desiludir os cidadãos.

A Assembleia da República participou nesta reunião com uma delegação constituída pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), e pelo Deputado Paulo Moniz (PSD), da mesma comissão.

Demos nota, na síntese passada, que **13 Estados-Membros** (Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, Eslovénia e Suécia) tornaram público um *non-paper* sobre os resultados da Conferência, em que referiam que (sublinhados nossos) “a alteração do Tratado nunca foi um objectivo da Conferência. (...) Embora não excluamos quaisquer opções nesta fase, não apoiamos tentativas desconsideradas e prematuras de lançar um processo no sentido de uma mudança do Tratado.”

Esta semana, foi publicado outro *non-paper* de **seis Estados-Membros** (Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo e Países baixos) sobre esse seguimento da Conferência, onde consideram que “*Deve ser feita uma diferenciação entre as propostas destinadas a gerar melhorias em políticas setoriais concretas e as que visam uma reforma institucional a longo prazo. Além disso, deve ser considerado quais as propostas que já estão a ser implementadas, que podem ser implementadas rapidamente no quadro dos tratados existentes e que exigiriam alterações aos tratados.*” Por conseguinte, solicita-se à Comissão “*que classifique as propostas em conformidade*”. Acrescentam que permanecem “*em princípio, abertos a alterações necessárias aos Tratados que sejam definidas conjuntamente*” e sugerem que “*um grupo de trabalho ad hoc poderia ser criado no Conselho para discutir e examinar propostas institucionais. Um processo interinstitucional poderia coordenar a construção de consensos no Conselho, PE e Comissão.*”

A Presidência francesa do Conselho da UE circulou esta semana uma nota⁴ sobre a metodologia a seguir, onde se pode ler que, no Conselho Europeu de 23 e 24 de Junho, a Presidência do Conselho e a Comissão apresentarão as conclusões da Conferência aos líderes. A Presidência checa poderá então continuar a trabalhar no seguimento das propostas da Conferência a partir de julho.

7. ARMAZENAMENTO DE GÁS | ACORDO PROVISÓRIO

Demos nota na [síntese anterior](#) da definição do mandato negocial do Conselho para negociação com o Parlamento Europeu relativamente à proposta sobre o armazenamento de gás. Esta semana [as duas instituições alcançaram um acordo provisório nesta matéria](#), tendo acordado que o armazenamento subterrâneo de gás no território dos Estados-Membros deveria ser **abastecido a pelo menos 80% da sua capacidade antes do inverno de 2022/2023 e a 90% antes dos períodos de inverno seguintes**. A União tentará encher colectivamente 85% da capacidade de armazenamento subterrâneo de gás em 2022. A obrigação de enchimento será limitada a um volume de 35% do consumo anual de gás dos Estados-Membros durante os últimos cinco anos, a fim de evitar um impacto desproporcionado. Uma vez que nem todos os Estados membros têm instalações de armazenamento no seu território, os co-legisladores concordaram que **os Estados-Membros sem instalações de armazenamento teriam acesso a reservas de armazenamento de gás noutros Estados-Membros**, com partilha de encargos financeiros. Foram ainda acordados sistemas de monitorização contínua e certificação obrigatória dos operadores de sistemas de armazenamento, assim como adicionada uma referência relativa à diversificação dos fornecedores de gás e possibilidade de compras conjuntas.

⁴ documento LIMITE

8. COMISSÃO EUROPEIA

Reforço das regras de gestão orçamental

A Comissão Europeia propôs esta semana [alterações específicas às regras financeiras da União Europeia \(Regulamento Financeiro\)](#), procurando adaptar as regras em vigor ao atual orçamento a longo prazo para 2021-2027, nomeadamente através de uma maior transparência, maior proteção e maior flexibilidade do orçamento da UE. A seção de [perguntas e respostas](#) completa esta informação.

REPowerEU

Foi apresentado esta semana o [plano REPowerEU](#), procurando transformar o sistema energético da Europa com dois objetivos: pôr termo à dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis russos e fazer face à crise climática. Um inquérito revelou que [85 % dos europeus](#) consideram que a UE deve reduzir a sua dependência do gás e do petróleo russos o mais brevemente possível para apoiar a Ucrânia. As [medidas do plano REPowerEU](#) podem concretizar esta ambição, por via de economias de energia, da diversificação do aprovisionamento energético e da implantação acelerada de energias renováveis para substituir os combustíveis fósseis nas habitações, na indústria e na produção de energia. Esta transformação ecológica reforçará o crescimento económico, a segurança e a ação climática em prol da Europa, com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) no centro deste plano, garantindo o apoio de soluções coordenadas de planeamento e financiamento de infraestruturas transfronteiriças e nacionais, bem como de projetos e reformas no domínio da energia.

O plano REPowerEU prevê assim:

- **economizar energia:** a Comissão propõe reforçar as medidas de eficiência energética, incluindo um aumento de 9% para 13% da meta vinculativa de eficiência energética; os Estados-Membros são incentivados a adotar medidas fiscais para incentivar economias de energia; a Comissão define medidas de contingência em caso de perturbação grave do aprovisionamento;
- **diversificar o aprovisionamento e apoiar os parceiros internacionais:** a UE tem vindo a trabalhar com parceiros internacionais para diversificar o aprovisionamento e garantiu níveis históricos de importações de GNL, bem como o aumento do aprovisionamento de gás transportado por gasoduto; as aquisições conjuntas (cujo respetivo mecanismo se encontra em estudo) serão apoiadas pela [plataforma energética da UE](#); a diversificação energética será também facilitada pela [estratégia energética externa da UE](#);
- **acelerar a implantação de energias renováveis:** a Comissão propõe aumentar a grande meta para 2030 em matéria de energias renováveis dos atuais 40%, previstos no pacote Objetivo 55, para 45%, com enquadramento também de outras iniciativas como a [estratégia específica da UE para a energia solar](#), duplicação da taxa de implantação de bombas de calor, [recomendação](#) da Comissão para abordar a lentidão e a complexidade do licenciamento de grandes projetos de energias renováveis e uma [alteração específica da Diretiva Energias Renováveis](#), fixação de metas de produção interna de 10 milhões de toneladas de hidrogénio renovável e [plano de ação para o biometano](#);
- **reduzir o consumo de combustíveis fósseis na indústria e transportes:** a Comissão lançará contratos diferenciais de carbono para apoiar a adoção do hidrogénio verde pela indústria e disponibilizará financiamento específico do REPowerEU no âmbito do Fundo de Inovação, utilizando as receitas do comércio de licenças de emissão para apoiar a libertação da dependência de combustíveis fósseis russos, estando também a preparar orientações sobre energias renováveis e contratos de aquisição de eletricidade;

- **investimento inteligente:** a concretização dos objetivos do REPowerEU exige um investimento adicional de 210 mil milhões de euros até 2027 mas a redução das importações de combustíveis fósseis russos pode também poupar quase 100 mil milhões de euros por ano. Já estão disponíveis 225 mil milhões de euros em empréstimos do MRR para apoiar o REPowerEU e a Comissão propõe aumentar a dotação financeira do MRR com 20 mil milhões de euros, para subvenções, provenientes da venda em leilão de licenças do sistema de comércio de licenças de emissão da UE (CELE).

Mercados de energia: medidas de intervenção de emergência

A Comissão apresentou ainda uma série de [medidas de intervenção adicionais a curto prazo para combater os elevados preços da energia e fazer face a eventuais perturbações de aprovisionamento por parte da Rússia](#).

As medidas de intervenção incluem:

- **mercados do gás:** possibilidade de alargamento temporário, por parte dos Estados-Membros, do regime de preços regulados no consumidor final; disjuntores temporários e medidas de emergência em matéria de liquidez; utilização da Plataforma para a Energia da UE para agregar a procura de gás e assegurar preços competitivos;
- **mercados de eletricidade:** prolongamento da possibilidade de reafetar lucros excecionais para apoiar os consumidores; utilização de receitas de congestionamento para financiar o apoio aos consumidores; extensão temporária dos preços de retalho regulados às PME; possibilidade de introdução de subvenções para custos de combustível na produção de eletricidade em regiões com nível de interconexão limitado;
- **perturbação total do aprovisionamento de gás:** a Comissão facilitará a elaboração de um plano coordenado de redução da procura a nível da UE, com medidas preventivas de redução voluntária, a ativar em caso de emergência; para acompanhar estas medidas, poderá ser necessário introduzir um limite máximo administrativo do preço do gás a nível da UE.

A Comissão elaborou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

Investimento em defesa

Em resposta à missão do Conselho Europeu na [Cimeira de Versalhes](#), a Comissão e o Alto Representante apresentaram uma [análise do défice de investimento na defesa e propuseram novas medidas e ações para reforçar a base industrial e tecnológica europeia neste domínio](#), respondendo igualmente ao apelo lançado no contexto da [Conferência sobre o Futuro da Europa](#) no sentido de reforçar a ação da UE no domínio da defesa.

Com base na análise do défice de investimento efetuada pela [Agência Europeia de Defesa](#), a Comissão e o Alto Representante examinaram três lacunas principais: **a despesa com a defesa, o défice industrial no domínio da defesa e o défice em termos de capacidades de defesa**.

Face a estas lacunas, propõe-se a criação de um grupo de trabalho conjunto para a contratação pública no domínio da defesa, a fim de colaborar com os Estados-Membros no apoio à coordenação e responderem às suas necessidades de contratação de muito curto prazo para fazer face à nova situação de segurança. A Comissão proporá ainda um regulamento relativo ao Programa Europeu de Investimento na Defesa (EDIP), condições aplicáveis para que os Estados-Membros formem consórcios europeus de capacidades de defesa (CCED), e avanços no sentido de uma função conjunta de programação e adjudicação de contratos da UE no domínio da defesa.

Financiamento e reconstrução da Ucrânia

Esta semana a Comissão Europeia apresentou também uma [comunicação com os planos para resposta imediata da UE ao défice de financiamento da Ucrânia e o quadro para a sua reconstrução a longo prazo](#).

Assim, não obstante o apoio já prestado por parte da UE, a Comissão tenciona propor a **concessão à Ucrânia, em 2022, de assistência macrofinanceira suplementar sob a forma de empréstimos num montante máximo de 9 mil milhões de euros**, que deverão ser complementados com o apoio proveniente de outros parceiros internacionais, tanto bilaterais como multilaterais, incluindo o G7.

Sobre a [reconstrução da Ucrânia](#), este esforço deverá ser liderado pela própria, em estreita parceria com a União Europeia e outros parceiros fundamentais, como os parceiros do G7 e do G20 e outros países terceiros, bem como com instituições financeiras internacionais e organizações internacionais. Uma plataforma de coordenação internacional – a «**plataforma de reconstrução da Ucrânia**» – co-liderada pela Comissão, em representação da União Europeia, e pelo Governo ucraniano, funcionaria como um organismo de cúpula para a governação estratégica e seria responsável pela aprovação de um plano de reconstrução, «**RebuildUkraine**», baseado numa avaliação das necessidades, e serviria de base para a União Europeia e os outros parceiros determinarem os domínios prioritários de financiamentos e os projetos concretos.

Painel de avaliação da justiça na UE - 2022

Foi publicado no final desta semana o [Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2022](#), que fornece dados comparativos sobre a eficiência, qualidade e independência dos sistemas judiciais nos Estados-Membros, incluindo pela primeira vez os efeitos da pandemia na sua análise.

As [principais conclusões](#) mostram que existe margem para melhorias na digitalização dos sistemas judiciais, diferentes graus de acesso à justiça para as pessoas com deficiência, desafios quanto à perceção da independência judicial e garantias em vigor para reforçar a confiança dos investidores. A seção de perguntas e respostas encontra-se disponível [aqui](#).

Processos por infração

A Comissão Europeia enviou [pareceres fundamentados](#): a dez Estados-Membros, incluindo Portugal, por não a terem notificado sobre as medidas de transposição relativas aos direitos de autor e aos direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha ([Diretiva \(UE\) 2019/789](#)); a treze Estado-Membros, incluindo Portugal, por não a terem notificado sobre as medidas de transposição relativas aos direitos de autor e aos direitos conexos no mercado único digital ([Diretiva \(UE\) 2019/790](#)). De acordo com a [súmula das principais decisões relativamente aos processos por infração](#), a Comissão instou ainda Portugal a concluir processos de transposição e enviou cartas de notificação sobre matérias como a [rede NATURA 2000](#), [eficiência energética](#), [energia renovável](#), [resíduos radioativos](#), [transporte rodoviário](#) e [luta contra o branqueamento de capitais](#).

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Os ministros realizaram um [debate estratégico sobre a forma como a UE pode ajudar a atenuar o impacto da agressão da Rússia contra a Ucrânia nos Balcãs Ocidentais](#), saudando o facto de esses parceiros alinharem plenamente com a política externa e as sanções da UE, mas apelando a que atuem

de forma mais estratégica relativamente aos seus problemas internos, reformas e resolução de questões bilaterais. Foi debatido o futuro da região no seu percurso de adesão à UE. Foi ainda discutido, nesta reunião do Conselho, o apoio da UE à Ucrânia, o diálogo diplomático, medidas dissuasoras, manipulação de informação e as atividades de interferência por parte da Rússia e sua responsabilização, bem como a proposta de concessão de 500 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para fornecimento de armas à Ucrânia. Foram adotadas [conclusões](#) sobre uma abordagem estratégica de apoio ao desarmamento, à desmobilização e à reintegração de antigos combatentes.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)

O alto representante prestou informações sobre a situação no Mali, tendo o Conselho confirmado a decisão de suspender a formação operacional das unidades das Forças Armadas e Guarda Nacional do Mali, assim como o fornecimento de equipamento militar. Foram debatidas as missões e operações da Política Comum de Segurança e Defesa na [implementação da Bússola Estratégica, assim como a situação na Ucrânia](#), devendo a Missão de Aconselhamento da UE na Ucrânia (EUAM Ucrânia) voltar a instalar-se em Kiev e tendo duas vertentes de trabalho adicionais relacionadas com o apoio à gestão das fronteiras e à investigação de crimes de guerra e ações penais daí resultantes.

Conselho de Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento)

Durante esta reunião foram trocados pontos de vista sobre as [implicações a nível mundial da agressão russa contra a Ucrânia](#), com ênfase na segurança alimentar e resposta multilateral.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana não haverá trabalhos no PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [25 de maio](#), destacando-se a *proposta de diretiva sobre recuperação e confisco de ativos* e a *proposta para uma decisão do Conselho sobre o aditamento da evasão ou violação de sanções às áreas criminais do n.º 1 do artigo 83.º do TFUE*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 23.05: [Eurogrupo](#); [Conselho do Espaço Económico Europeu](#); [Conselho dos Assuntos Gerais](#)
- 24.05: [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#)

Bruxelas | 20 de maio de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).